

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIA DOMINGOS PEREIRA VENTURA

**REFLEXÕES SOBRE O CIDADÃO CRÍTICO E AUTÔNOMO NAS DIRETRIZES
CURRICULARES PARA O ENSINO DE FILOSOFIA NO ESTADO DO PARANÁ**

**CURITIBA
2011**

MARIA DOMINGOS PEREIRA VENTURA

**REFLEXÕES SOBRE O CIDADÃO CRÍTICO E AUTÔNOMO NAS DIRETRIZES
CURRICULARES PARA O ENSINO DE FILOSOFIA NO ESTADO DO PARANÁ**

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de especialista no Curso
de Pós-Graduação em Filosofia da Educação da
Universidade Federal do Paraná

Orientador Profº. Dr. Geraldo Balduino Horn
Co-orientador: Ademir Aparecido Pinhelli Mendes

**CURITIBA
2011**

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA DOMINGOS PEREIRA VENTURA

**REFLEXÕES SOBRE O CIDADÃO CRÍTICO E AUTÔNOMO NAS DIRETRIZES
CURRICULARES PARA O ENSINO DE FILOSOFIA NO ESTADO DO PARANÁ**

**Monografia aprovada como requisito para a obtenção do grau de Especialista
no Curso de Pós-Graduação em Filosofia da Educação - Ética, Política e
Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte
banca examinadora:**

**Prof. Dr. Gelson João Tesser - Argüidor
Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação**

**Prof. Dr. Délcio Junkes - Argüidor
Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação**

**Prof. Dr. Geraldo Balduino Horn - Orientador
Departamento de Teoria e Prática de Ensino**

RESUMO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e os demais documentos oficiais que regem a educação no Brasil citam a formação do cidadão crítico e autônomo como um dos principais objetivos a serem alcançados pela educação brasileira. Apesar do tema educação ser discutido constantemente por especialistas e por leigos, a maioria das pessoas não sabe realmente o que se pretende com a educação. Na busca de uma melhor compreensão do tema, no início desta pesquisa busca-se uma definição de educação e os possíveis significados da palavra educação no item educação e linguagem. Para entender como o conceito de educação se apresenta na história da filosofia ocidental, optou-se por recorrer a Platão, Aristóteles, Kant e Hannah Arendt, por entender que eles poderiam embasar os conceitos de democracia, cidadania, criticidade e autonomia necessários a esta pesquisa. Recorreu-se as Diretrizes da Educação Básica do Estado do Paraná (DCE's) para buscar o conceito de educação presente e o que se espera com o ensino de Filosofia no Ensino Médio. A partir da análise dos documentos procurou-se também encontrar referências de como se consegue, ao final do processo, formar este cidadão crítico e autônomo. Constatou-se que os documentos são amplos e ao trabalhar com conteúdos estruturantes dão bastante liberdade aos professores para trabalhar os autores que julgarem mais apropriados na busca desta criticidade que levaria a autonomia. Para entender melhor as teorias educacionais e o funcionamento da escola brasileira, recorreu-se a vários autores que pesquisam a educação no Brasil, além dos documentos oficiais. Apesar da diversidade de teorias, a maioria destes autores, se volta para a necessidade de uma escola democrática e preparada para trabalhar com a diversidade a fim de se atingir o resgate da cidadania plena para todos. Para este resgate é necessário o engajamento de todos os envolvidos com o processo educacional: pais, professores e comunidade. Com os diversos atores da sociedade participando do processo educacional, conseguiríamos a gestão democrática da educação. Afinal, cidadania e criticidade se aprende concretamente pelo exemplo, mais do que pelas palavras.

Palavras-chave: Educação. Cidadania. Autonomia. Filosofia. Diretrizes Curriculares

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
1 POR UMA DEFINIÇÃO DE EDUCAÇÃO	7
1.1 EDUCAÇÃO E LINGUAGEM	8
1.2 PLATÃO E O REI-FILÓSOFO	10
1.3 ARISTÓTELES E O CIDADÃO	15
1.4 KANT E O HOMEM EMANCIPADO	17
1.5 HANNAH ARENDT E A EDUCAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA ...	19
2 A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO NAS ATUAIS	
DIRETRIZES	22
3 EDUCAÇÃO COMO BUSCA DA AUTONOMIA	30
CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS	40

INTRODUÇÃO

O homem precisa da educação para tornar-se humano. É ela quem irá dar forma ao humano em nós. Mas o que é essa educação que nos forma? O conceito de educação não nasceu pronto, ele foi construído historicamente. Pensadores nos apresentam modelos distintos de homens a formar pela educação: um guerreiro guardião da cidade (ou o rei-filósofo) em Platão e o cidadão em Aristóteles, na antiguidade. Mas, e contemporaneamente? Qual é o modelo de homem que se pretende formar?

Este trabalho buscará tratar de alguns aspectos da educação no mundo ocidental. Para tanto, abordaremos alguns pensadores para entender como o tema foi tratado em épocas diversas e uma vez que tenhamos uma compreensão prévia, iremos às Diretrizes da Educação Básica do Estado do Paraná (DCE's) para entender como o tema tem sido tratado nas políticas governamentais para a educação e, em especial, no ensino de filosofia.

Reflete-se neste estudo uma angústia observada na prática de professores de diversas disciplinas do ensino Médio na rede pública: o que ensinar e por que ensinar? Ensinamos os conteúdos apenas para cumprir as orientações e currículos básicos da educação? Educar para formar um determinado tipo de homem, foi algo de que tomei conhecimento só na especialização. O que se observa é que a maioria dos professores, que estão atuando na rede pública, não sabe que tipo de homem se pretende formar com o modelo atual de educação. Não se reflete ou se reflete muito pouco sobre o assunto, na maioria dos cursos de graduação, e isso apenas para aqueles que cursam as disciplinas da licenciatura. Aprendemos muitos conteúdos, mas não refletimos sobre o que faremos com esses conteúdos e como eles contribuirão para a formação de nossos alunos.

Nossas salas de aula apresentam um repertório bem variado de docentes, que vão desde aqueles professores que acreditam que a educação pode transformar realidades a outros que estão lá por falta de opção melhor. Uma vez na escola os docentes se tornam técnicos inseridos em um determinado contexto e com um

objetivo a alcançar, a aprovação dos alunos. Assim, fazem planejamentos que contemplam o currículo básico, mas não têm noção de todo o processo educativo. Quando muito sabem de sua disciplina e tentam dar conta do conteúdo que imaginam ser o essencial a ela. Poucas vezes param para refletir sobre a educação como um todo, apesar das semanas pedagógicas. Mesmo sendo professores, têm dificuldade para perceber a articulação das disciplinas para formar o conhecimento, uno em seu início e agora fragmentado. Após sua inserção nesse contexto, a maioria se limita a seguir as instruções que são passadas pelas pedagogas e pela direção da escola. Raras vezes se perguntam se o processo poderia ser diferente.

Para fundamentar o que seja educação passaremos inicialmente pela *República* de Platão, a *Ética a Nicômaco* de Aristóteles, *Sobre a Pedagogia* de Kant e *A Crise na Educação* de Hannah Arendt. Cada um desses pensadores pensa em formar um determinado tipo de homem que responda às necessidades de sua época e alguns até indicam ou sugerem possibilidades de como realizar tal tarefa. Um dos poucos pensadores a elaborar um modelo educacional completo foi Platão, ainda que teórico.

Platão fazia parte da aristocracia ateniense e era opositor do sistema democrático, porque segundo ele, esse sistema permitia que pessoas não preparadas intelectualmente assumissem o poder. Como educador via a educação como responsabilidade do Estado, e seu sistema educacional constrói-se na renúncia do indivíduo a favor da comunidade, além de pensar em termos de uma busca continuada da virtude. Já Aristóteles, seu discípulo, irá se preocupar com a formação do cidadão. No pensamento aristotélico, o político e o cidadão se confundem, sendo ambos e o mesmo virtuosos.

Em Kant, a educação contribuiria para fazer gerar nos indivíduos os valores morais e éticos que os tornariam melhores, sendo que para ele, a educação é o problema mais difícil que pode ser proposto aos homens.

Já Hannah Arendt irá associar a educação a um ato de amor ao nos dizer que:

A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para expulsá-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de

suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as, em vez disso, com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum (ARENDT, 2000, p 247).

Será que como educadores temos encarado a educação como um ato de amor? O educador é antes de tudo aquele que indica caminhos e novas possibilidades o que será tanto melhor quanto for o seu comprometimento com o processo educacional.

Continuando nossa reflexão, constatamos que seja o homem simples ou o erudito, todos parecem saber o que é a educação. Porém, se todos sabem o que é a educação, por que o Estado investe tantos recursos para falar sobre ela e a necessidade de valorizá-la? Que modelo de educação é este que nos propõe o governo e que está presente na Lei de Diretrizes da Educação Brasileira (LDB) e especificamente traduzido para o Estado do Paraná nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica e para o ensino de Filosofia?

Inicialmente refletiremos sobre as concepções educacionais dos filósofos que escolhemos para mostrar como se deu o processo educacional em alguns períodos da história ocidental para, na sequência, nos debruçarmos sobre as atuais Diretrizes Curriculares da Educação Básica e do ensino de Filosofia na Rede Estadual do Paraná tentando encontrar nelas o que se compreende como educação hoje e qual o modelo de homem se deseja formar.

Buscaremos clarear os termos educação, ensino e instrução. Termos esses que frequentemente são empregados como sinônimos de educação, mas que não o são.

Em seguida, buscaremos entender a educação que temos no século XXI e para isso precisamos saber quem é o sujeito da educação no Paraná? Segundo as atuais Diretrizes Curriculares da Educação Básica (p. 14), “os sujeitos da Educação Básica, são crianças, jovens e adultos, em geral oriundos das classes assalariadas, urbanas ou rurais, de diversas regiões e com diferentes origens étnicas e culturais (FRIGOTTO, 2004), que devem ter acesso ao conhecimento produzido pela humanidade”.

Identificado o sujeito, uma questão se põe: como se forma um cidadão crítico e autônomo? Será que o acesso aos conteúdos curriculares numa escola democrática permitiria essa formação? Vamos tentar buscar essa resposta em pensadores que estão presentes nos documentos oficiais da educação no Brasil, como Saviani, Libâneo, Sacristán, Gómez, entre outros, para refletir sobre a educação que temos hoje e por que numa sociedade democrática a escola não é democrática. Com a ajuda de Gómez, refletiremos se um modelo escolar didático, flexível e plural de forma a atender às diferenças de origem, e permitir o acesso à cultura pública segundo os interesses, ritmos, motivação e capacidades iniciais de todos os alunos e não só dos mais preparados, tornaria essa escola democrática?

Na antiguidade grega as disputas se davam na *ágora*, entendemos que, hoje, esse espaço de debate foi transposto para a escola. Será que nossa educação está preparando nossos alunos para o confronto e o diálogo entre os conhecimentos sistematizados (conteúdos) e os conhecimentos do cotidiano popular? Quais conhecimentos são necessários para formar o cidadão crítico e autônomo?

As disciplinas escolares, segundo as Diretrizes Curriculares da Educação Básica, incorporam e atualizam conteúdos decorrentes do movimento das relações de produção e dominação que determinam as relações sociais, geram pesquisas científicas e trazem para o debate questões políticas e filosóficas emergentes. Como fazer essa transposição para nossos alunos?

Tendo em vista esses questionamentos, dividimos o presente trabalho da seguinte forma: no primeiro capítulo abordaremos como o conceito de educação foi se construindo historicamente. Para tanto faremos recurso a pensadores clássicos como Platão, Aristóteles, Kant e Hannah Arendt. Por que recorremos a esses e não a outros? Por acreditarmos que eles representam épocas distintas e modelos distintos de homem a formar que influenciaram muitas gerações e que podem nos ajudar a entender o modelo de cidadão crítico e autônomo.

Já no segundo capítulo, optamos por tentar dar uma pequena visão da educação, neste século em que tantas teorias educacionais caminham juntas e

todas buscam formar, segundo os documentos que regem a educação, o cidadão autônomo e crítico.

Uma vez que se tenha um pequeno panorama do que se espera da educação hoje, no terceiro capítulo, tentaremos ver se é possível conciliar a teoria educacional com a prática que temos nas escolas. O que se observará é que quem está na *ágora* com os alunos são os professores e educadores das escolas do Brasil, são eles que preparam os alunos para os combates que terão que enfrentar no seu cotidiano e isso só será eficiente se, como educadores, tiverem a compreensão clara do que é educação e de que educação se pretende dar aos atuais alunos.

1 POR UMA DEFINIÇÃO DE EDUCAÇÃO

O que difere o homem dos animais? O homem necessita tornar-se humano, produzir sua existência, diferentemente dos animais, cuja existência é naturalmente garantida. Mas, o que é existência? O ato de respirar e viver instintivamente como os animais? Não. O ser humano é mais que satisfação de instintos, sua existência tem a ver com o significado que ele dá a sua vida.

Então, como o homem produz sua existência? Transformando o que para ele, ao seu redor, apresenta-se sem sentido. Transforma a natureza intencionalmente, segundo suas necessidades para obter um resultado específico. O homem, ao agir sobre a natureza para dela extrair sua subsistência, cria um mundo próprio, cheio de significados, um mundo humano.

Ao refletirmos sobre a história da humanidade veremos que o homem foi aperfeiçoando técnicas para a construção de seu mundo, que se apresenta como físico, intelectual e cultural. Essas técnicas são transmitidas a cada nova geração através de um processo educacional e não de instintos que reproduzem sempre o mesmo como os animais. O homem a partir da informação que recebe, recria incessantemente novas formas de ver e situar-se no mundo. Assim, a educação é para o ser humano o motor que propicia a vida em grupo, através dela vão sendo transmitidos os valores que permitem a vida em comum e suas transformações.

Ao pesquisar sobre a educação, observa-se que cada sociedade desejou formar através dela um tipo determinado de homem. Na tentativa de entender o que é a educação, escolhemos dentro da história do pensamento ocidental algumas propostas educacionais e os homens que elas se propunham a formar. Nossa busca por uma definição de educação se inicia com os gregos porque eles são o berço da filosofia ocidental, na sequência, avançaremos pela história do pensamento ocidental.

No início desta reflexão notamos que não se tem delimitado claramente o que se entende por educação. Sendo comum empregarmos indistintamente os termos educação, instrução e ensino como se fossem sinônimos. Essa distinção começou a

ser necessária em nossa pesquisa, a partir da leitura do livro “Da Educação”¹, do filósofo inglês, Bertrand Russell, que aborda a educação em geral, mas se detém especificamente na educação das crianças pequenas e, num determinado momento, diz que crianças que foram educadas podem ser instruídas. Uma vez percebida a distinção entre educação e instrução, surgiu a necessidade de pesquisar antes de tudo o que se entende por educação.

1.1 A LINGUAGEM E A EDUCAÇÃO

A linguagem empregada para expressarmos nossas ideias e o correto significado dos termos empregados é um dos problemas frequentemente encontrado em qualquer campo do conhecimento. Neste momento, poderíamos nos perguntar por que a palavra educação é um problema se, desde que nascemos, somos inseridos no processo educacional e ouvimos frases do tipo “você precisa de educação para ser alguém na vida”? De tanto ouvirmos acabamos por acreditar que sabemos o que é educação. Bertrand Russell, no livro *Da Educação*, ao dizer que “crianças que foram educadas podem ser instruídas em qualquer idade” nos alerta para o fato de que educação e instrução, termos empregados frequentemente como sinônimos pela maioria das pessoas, são termos distintos.

O que nos perguntaríamos é: se a criança não foi educada não pode ser instruída? O que é esta educação de que nos fala Russell? Será a mesma tratada em Kant², que associa a educação à educação moral e que, portanto, é diferente de instrução. E se são distintas, qual é a especificidade da educação que é necessária à instrução?

Inicialmente parece-nos que a instrução precisa de algumas condições para ocorrer, entre elas, a docilidade. A instrução é um processo que exige docilidade³,

1 “É claro que a educação do caráter deve começar no nascimento e que requer a mudança de muitas práticas adotadas por mães e amas ignorantes. Também é claro que a instrução pode começar mais cedo do que se supunha antigamente, porque ela pode ser tornada agradável, sem forçar a atenção da criança.” (RUSSELL, 1977, p. 23)

2 “A falta de disciplina é um mal pior que a falta de cultura, pois esta pode ser remediada mais tarde, ao passo que não se pode abolir o estado selvagem e corrigir um defeito de disciplina.” (KANT, 1996, p. 12)

3 “Com o Logos, porém, que é sempre, os homens se comportam como quem já não compreende tanto antes como depois de já ter ouvido. Com efeito, tudo vem a ser conforme o acordo com este Logos e, não obstante, eles parecem sem experiência nas experiências com palavras e obras, iguais às que levo a cabo, discernindo e dilucidando, segundo o vigor, o modo em que se conduz cada

acordo com o *Logos*, e esta docilidade só pode ser dada pela educação que neste caso é moral. Aprender, nos parece, exige docilidade do espírito, escuta⁴. Por isso, Russell, assim como outros pensadores, nos diz que uma criança educada, que aprendeu a escutar, pode ser ensinada, pois ao escutar é capaz de apreender o que é dito. Se faz unidade e o conhecimento se faz parte dela.

Outros autores da área da educação, como Libâneo, ampliam essa distinção para educação, instrução e ensino, salientando que os mesmos são termos distintos ou etapas do processo educacional. Se continuamos a usar esses termos como sinônimos é por não dar a devida atenção às palavras que empregamos. Como nossa pesquisa é em filosofia da educação, é necessário clarear estes termos e é o que faremos, recorrendo à distinção que Libâneo faz no livro *Didática*:

Educação corresponde, pois, a toda modalidade de influências e inter-relações que convergem para a formação de traços de personalidade social e do caráter, implicando uma concepção de mundo, idéias, valores, modos de agir, que se traduzem em convicções ideológicas, morais, políticas, princípios de ação frente a situações reais e desafios da vida prática. Neste sentido, educação é instituição social que se ordena no sistema educacional de um país, num determinado momento histórico; é um produto, significando os resultados obtidos da ação educativa conforme propósitos sociais e políticos pretendidos; é processo por consistir de transformação sucessiva tanto no sentido histórico quanto no de desenvolvimento da personalidade. A instrução se refere à formação intelectual, formação e desenvolvimento das capacidades cognitivas mediante o domínio de certo nível de conhecimentos sistematizados. O ensino corresponde a ações, meios e condições para realização da instrução; contém, pois, a instrução. (LIBÂNEO, 2008, p. 23)

Libâneo, além de distinguir os termos, classifica a educação como um ato político e lembra que educação e política são práticas distintas, dotadas de especificidade próprias. Segundo ele, na prática educativa o educador deve estar a serviço do educando e acreditar estar agindo para o seu bem. Mas só podemos agir em prol do ser humano quando sabemos que tipo de homem desejamos formar pela educação.

Historicamente, veremos que Platão desejava formar o rei-filósofo através do pleno desenvolvimento de suas capacidades intelectuais atingidas com a contemplação da idéia do Bem, Aristóteles, o cidadão, o homem feliz na realização de sua virtude, Kant, o homem emancipado e Arendt, o cidadão que sabe conviver.

coisa. Aos outros homens, porém lhes fica encoberto tanto o que fazem acordados, como se lhes volta a encobrir o que fazem durante o sono". (HERÁCLITO, 1999, p.59)

4 "Não sabendo auscultar, não sabem falar." (HERÁCLITO, 1999, p. 63)

Essas são apenas algumas das muitas definições de homem a serem formados pela educação que aparecem ao longo da história humana. Lendo *A República* de Platão, *a Ética a Nicômaco* de Aristóteles, *Sobre a Pedagogia* de Kant e *A Crise na Educação* de Hannah Arendt, entre outras obras destes autores, nota-se que o conceito de educação em cada um deles muda, embora todos pretendam educar. Eles refletem a forma de pensar de seu tempo. As diferenças entre concepções educacionais não se apresentam apenas em autores distanciados no tempo, mas também em autores contemporâneos que divergem sobre o que é a educação e o educar.

Para Brandão (1983, p. 11), a educação ajuda a pensar tipos de homens, e, mais do que isso, ajuda a criá-los, através de passagem de uns para os outros do saber que os constitui e legitima. Produz o conjunto de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto constroem tipos de sociedades.

Como dito anteriormente começaremos nossa reflexão com os gregos, povo que como outros, surge de clãs que vão se organizando até tornar-se um povo. Esse povo em formação inicialmente se preocupou em transmitir às gerações futuras, os ofícios necessários aos tempos de paz e de guerra – a agricultura, o pastoreio, o artesanato e a arte através da educação. Junto com as atividades práticas também procurou ensinar os princípios de honra, solidariedade e fidelidade à polis, a cidade grega onde começa e acaba a vida do cidadão livre e educado. Dentre os gregos, direcionaremos nossa atenção para Platão, primeiro pensador a sistematizar um modelo educacional, ainda que teórico e para Aristóteles, seu discípulo. Na sequência daremos um salto no tempo até Immanuel Kant e Hannah Arendt.

1.2 PLATÃO E O REI-FILÓSOFO

Para entender o pensamento de Platão (428-347 a.C.), um dos pensadores mais originais e influentes de toda a história da filosofia ocidental, é necessário ter em mente um conceito fundamental de seu pensamento: a doutrina da imortalidade

da alma⁵. A alma humana⁶ é, para ele, um visitante oriundo do mundo celestial e que está, durante certo tempo, presa num corpo mortal. A alma viria a este mundo para alcançar a salvação que somente seria possível graças ao desenvolvimento do intelecto e à contemplação dos valores eternos do Bem, do Belo e do Verdadeiro, o que possibilitaria o abandono do campo das opiniões.

Para falar sobre o conhecimento, Platão, apresenta a tese da existência de dois mundos: o mundo sensível e o mundo inteligível. O sensível é o mundo em que vivemos, o mundo do erro, do engano e o mundo inteligível, seria o mundo das ideias ou formas, este perfeito, eterno e imutável. No pensamento platônico, conhecer é lembrar e esse processo de reminiscência ou lembrança é mostrado no diálogo Menon⁷ e também no Livro X da República, no mito de Er, a ideia de dois mundos é narrada no início do Livro VII da República, na alegoria da Caverna. Nessa alegoria, é apresentada a ideia de mundo sensível (a caverna e as sombras no seu interior) e mundo inteligível (o mundo fora da caverna iluminado pela luz do sol). Nesse diálogo, de forma simples e usando elementos compreensíveis, ele vai apresentando a função da educação⁸: retirar os homens da ignorância e levá-los à luz do conhecimento.

5 “Os que dizem tais coisas são sacerdotes e sacerdotisas, sábios e poetas cujo cuidado é o de serem capazes de explicar suas práticas. [...] Eles dizem que a alma humana é imortal; às vezes ela chega ao fim, ao que eles chamam morrer, às vezes ela renasce, mas ela nunca é destruída.”. (PLATÃO, 1980, p. 257)

6 “há de haver para nós outros algum atalho direto, quando o raciocínio nos acompanha na pesquisa; porque enquanto tivermos corpo e nossa alma se encontrar atolada em sua corrupção, jamais poderemos alcançar o que almejamos. E o que queremos, declaremos de uma vez por todas, é a verdade. [...] O pior é que mal conseguimos alguma trégua e nos dispomos a refletir sobre determinado ponto, na mesma hora o corpo intervém para perturbar-nos de mil modo, causando tumulto e inquietude em nossa investigação, até deixar-nos inteiramente incapazes de perceber a verdade. Por outro lado, ensina-nos a experiência que, se quisermos alcançar o conhecimento puro de alguma coisa, teremos de separar-nos do corpo e considerar apenas com a alma como as coisas são em si mesmas. (...) Ora, se realmente, na companhia do corpo não é possível obter o conhecimento puro do que quer que seja de uma vez por todas: ou jamais conseguiremos adquirir esse conhecimento, ou só o teremos depois de mortos, pois só então a alma se recolherá em si mesma, separada do corpo, nunca antes disso”. (PLATÃO, 1987, p. 68)

7 “Como a alma é imortal e nasceu diversas vezes e viu tudo aqui e no mundo subterrâneo, não há nada que ela não tenha aprendido; de modo que ele não possa rememorar as coisas que conheceu antes de habitar o corpo”. (PLATÃO, 1980, p. 258).

8 “A educação é, pois a arte que se propõe este objetivo, a conversão da alma, e que procura os meios mais fáceis e mais eficazes de o conseguir. Não consiste em dar visão ao órgão da alma, visto que já a tem; mas, como ela está mal orientado e não olha para onde deveria, ela esforça-se por encaminhá-lo na boa direção.” (PLATÃO, 2000, p. 229)

A educação em Platão visava a preparar o homem para o exercício da vida pública, guarda e manutenção da cidade. A Alegoria da Caverna mostra esse sistema educacional:

Sócrates – Agora, meu caro Glauco, é preciso aplicar, ponto por ponto a tudo quanto dissemos anteriormente, comparando o mundo visível através dos olhos à caverna da prisão, e a luz da fogueira que lá existia à força do Sol. Quanto à subida ao mundo superior e à visão do que lá se encontra, se a tomares como a ascensão da alma para mansão inteligível, não iludirás a minha expectativa, visto que também tu desejas conhecê-la. Somente Deus sabe se ela é verdadeira. Pois, segundo entendo, no limite do cognoscível é que se avista, a custo, a idéia do Bem; e, uma vez avistada, compreende-se que ela é para todos a causa de quanto há de justo e belo; que, no mundo visível, foi ela que criou a luz, da qual é senhora; e que, no mundo inteligível, é ela a senhora da verdade e da inteligência, e que é preciso vê-la para ser sensato na vida particular e pública (PLATÃO, 2000, p. 228).

Platão apresenta no livro VII, da República, um plano completo de como as pessoas devem ser educadas para serem capazes de refletir sobre as ideias. Seus alunos teriam uma visão privilegiada e racional da realidade. Pretendia formar mentes pensantes aptas ao governo da cidade e acima dos desejos e ilusões deste mundo.

O verdadeiro conhecimento é alcançado ao se desapegar das ilusões dos sentidos e contemplar o mundo das ideias. Na continuidade do livro VII, ele descreve o processo educacional pelo qual deverá passar o futuro governante: as etapas, o que deverá ser ministrado e por que.

Platão pensava em termos de uma busca continuada da virtude, isto é, toda virtude é conhecimento e como somente ao homem virtuoso era dado conhecer o bem e o belo, a busca pela virtude deveria prosseguir pela vida inteira. Seguindo esta orientação, na concepção platônica, a educação não poderia se restringir apenas aos anos da juventude e, sim, estender-se até a maturidade de acordo com a aptidão de cada um.

Para ele, a educação era responsabilidade do Estado e todos (meninos e meninas) deveriam ter acesso à mesma educação. Platão era opositor ao sistema democrático que vigorava em Atenas, porque esse permitia que pessoas despreparadas assumissem o governo da cidade. A ideia de seu longo sistema educacional era revelar o talento e o gênio, construindo-se na renúncia do indivíduo a favor da comunidade. A educação testaria as aptidões dos alunos e os que

revelassem tendências ao conhecimento receberiam a formação completa para serem governantes. Segundo ele, a educação tinha o objetivo final de formar moralmente o homem para viver em um Estado justo.

A educação em Platão abrangeria o estudo das seguintes ciências: A aritmética, a geometria, a astronomia e o estudo da profundidade dos objetos (cubos, por exemplo) e a dialética. O processo educacional platônico seria dividido nas seguintes etapas:

Inicialmente seriam ministrados estudos de princípios de matemática e arte da guerra, bem como literatura e estudos musicais para crianças e jovens até os 18 anos de idade. Esse estudo não precisaria ser muito aprimorado porque as artes e os ofícios podem ser aprendidos com a prática.

Na sequência, durante aproximadamente três anos, aqueles que mais se destacassem na primeira fase receberiam exigentes exercícios físicos e militares. Enquanto os demais seriam designados para o trabalho econômico da nação: seriam empregados, lavradores, artesãos e comerciantes.

Numa terceira etapa que se iniciaria por volta dos 20 anos de idade seria realizado um novo exame e aqueles que não apresentassem um desempenho excepcional seguiriam seus estudos na carreira militar para se tornarem os guardiões do Estado. Os que se destacassem receberiam estudos aprofundados de matemática. Para a classe dos militares, Platão propôs a comunhão de homens e mulheres, e portando, de filhos, bem como a abolição de qualquer propriedade sobre os bens materiais. A classe detentora dos recursos econômicos deveria prover as necessidades materiais dos componentes dessa classe. Na classe dos guardiões, homens e mulheres receberiam a mesma educação e executariam as mesmas tarefas. Os filhos seriam retirados imediatamente do convívio de seus pais e criados em lugares adequados, sem conhecer seus progenitores. Platão tinha em mente a criação de uma grande família, na qual todos se amassem como pais, mães, filhos, irmãos e irmãs, parentes, e, dessa forma não haveria egoísmo e tudo seria de todos.

Ao atingirem 30 anos de idade, iniciariam a quarta etapa através de uma nova seleção pautada no talento, dedicação e brilhantismo. Os selecionados receberiam estudos de dialética por cinco anos. Esses, ao atingirem 35 anos de idade, fariam

nova seleção, onde os melhores e mais capacitados a governar seriam considerados filósofos e continuariam seus estudos até os 50 anos.

Finalmente aos cinquenta anos de idade, os governantes-filósofos teriam terminado a última etapa de seu processo de formação e estariam aptos a serem escolhidos para trabalhar em altos cargos públicos e dirigir o Estado. No pensamento de Platão, somente quem conhecia a ideia do Bem⁹ poderia gerir as questões do governo e trabalhar para o bem da comunidade.

Nota-se que a educação em Platão acaba por dividir a sociedade em três classes: a econômica, a militar e a política. Essa tríplice divisão se relaciona à alma, que para ele, se divide em três: apetitiva, passional e racional. Assim, a apetitiva será a dos agricultores e artesãos, a passional, a dos guardiões e, enfim, a racional, a dos governantes. O esforço da educação platônica é levar o homem a uma conversão do olhar que, assim, deixa de olhar as sombras para enfim chegar a contemplar a ideia do Bem em sua fase final.

Esse plano educacional elaborado por Platão absorveria a vida do cidadão por inteiro e seu resultado final seria formar um pequeno grupo de governantes filósofos, com reais condições de assumir o controle do governo para o bem comum do Estado. Platão está decepcionado com a forma com que a política é conduzida em sua época. Faz sérias críticas a democracia, pois, segundo ele, o povo é conduzido pelas aparências e a democracia conduz a tirania e fomenta a imoralidade e a corrupção. Segundo ele, o que vale não é a verdade, e sim o poder de convencimento com que os discursos são conduzidos e dirigidos ao povo inculto e movido por paixões. No geral, todo sistema educativo de Platão se concentra na procura da verdade, cuja posse definirá o verdadeiro filósofo, bem como o verdadeiro político.

Apesar de o sistema educacional platônico sofrer críticas por seu caráter elitista (somente os sábios poderiam dirigir o Estado) e a relação saber-poder, fundamentalmente estabelece, sem dúvida alguma, uma conexão com o processo

9 “Na extremidade do mundo inteligível encontra-se a ideia do Bem, que apenas pode ser contemplado, mas que não se pode ver sem concluir que constitui a causa de tudo quanto há de reto e de belo no mundo: no mundo visível esta ideia gera a luz e sua fonte soberana e, no mundo inteligível, ela, soberana, dispensa a inteligência e a verdade, é ela que se deve ter em mente para agir com sabedoria na vida privada ou pública”. (PLATÃO, 2000, p.228).

de uma escola excludente e os fundamentos da exclusão social, resta-nos salientar sua confiança na educação que, segundo ele, poderia ajudar na formação de uma elite dirigente e não mais pessoas que assumiriam o poder pela sua capacidade de convencimento. Somente a educação poderia criar homens dirigentes comprometidos com o bem comum, pois no decorrer de sua educação teriam descoberto os verdadeiros valores. Platão critica aqueles que buscam a política apenas pela riqueza. O sistema educacional de Platão deveria levar ao conhecimento, o que equivaleria à contemplação da ideia do Bem.

Platão sabe que o seu modelo de cidade é teórico, que se funda apenas no discurso, e ao final do livro IX, da República, nos dirá que “não importa que essa cidade exista ou tenha de existir um dia: é somente às suas leis, e de nenhuma outra, que o sábio fundamentará sua conduta”(PLATÃO, 2000, p. 319). O que importaria seria que cada um vivesse segundo as leis desta Cidade, observando as leis do bem e da justiça, ou seja, ela deveria se realizar no interior do homem, antes mesmo de se realizar exteriormente. Será que Aristóteles, discípulo de Platão, concorda com seu mestre ou deseja formar outro tipo de homem?

1.3 ARISTÓTELES E O CIDADÃO

Se em Platão foi fácil localizar o pensamento sobre a educação, em Aristóteles¹⁰ (384-322 a.C.), não encontramos uma obra específica que trate da educação. Seu pensamento educacional se encontra diluído na *Metafísica*, na *Política*, na *De Anima*, na *Ética a Nicômaco*, na *Retórica* e na *Poética*.

Uma das principais críticas feitas por Aristóteles ao pensamento platônico, é a de que não é necessária a separação entre o mundo em sensível e inteligível. Para ele, todo o conhecimento necessário ao homem se encontra no mundo em que vivemos, o mundo sensível

Em Aristóteles, potência, ato e movimento são os princípios que dão existência aos seres no universo. A potência é a capacidade de vir a ser, é a ausência de perfeição e o ato é a atualização da potência, é a concretização do ser.

¹⁰ Aristóteles (384-322 a. C) é proveniente da cidade de Estagira na Macedônia. Foi discípulo de Platão e como Platão também fundou uma escola de filosofia: o Liceu. Seus alunos eram chamados de peripatéticos ou andarilhos, porque estudavam caminhando.

O movimento, para ele, é a passagem da potência ao ato. Esses princípios determinam a existência dos seres, inclusive do ser humano.

Sua teoria das quatro causas (formal, material, eficiente e final) também se relaciona com os conceitos de ato e potência. Na perspectiva teleológica, segundo a qual o fim está contido no começo, situam-se também a filosofia moral e a concepção política aristotélica. O ser humano em sua plenitude seria aquele que atingiu sua causa final, ou seja, realizou a totalidade de sua potência, é um ser virtuoso e feliz, que é capaz de decidir de forma racional sobre suas ações e realiza-se na vida compartilhada com os demais cidadãos na sociedade política.

Mas, no caso da essência humana, esse percurso da potência ao ato não é tão claro quanto se observa na totalidade da natureza. A efetivação das possibilidades humanas é afetada por seus desejos e escolhas, que nem sempre são virtuosas (racionais). A natureza do ser humano é dotada de racionalidade mas, esse também comporta propensões irracionais, o que faz com que sua alma entre em conflito.

No livro *Ética a Nicômaco*, Aristóteles caracteriza o bem como algo que inexistente independente das atividades humanas, ou seja, o bem só pode ser atingido pelas ações dos homens e, nesse sentido, corresponde à finalidade de todas as coisas, ou àquilo pelo qual tudo é feito. O bem excelente é o bem supremo, a finalidade última à qual se direcionam as atividades humanas. A esse bem ele chama felicidade, e essa, é alcançada pela atividade virtuosa, que deve se estender por toda uma existência. O exercício da razão, faculdade unicamente humana, é o meio para atingir a felicidade em Aristóteles.

Em Aristóteles, o ser humano é racional mas possui também elementos irracionais (desejos e paixões), que não são puramente negados, e sim, ponderados pelo intelecto. O que nos conduziria à escolha adequada das ações e das paixões é à virtude. Virtuoso, assim, seria aquele que se relaciona adequadamente com o prazer e a dor, e se aproxima dos prazeres que contribuem para a felicidade e evita os que não levam a ela.

O modelo de homem que Aristóteles deseja formar é o cidadão, o habitante da pólis. Em seu pensamento, o cidadão e o político se confundem, pois ambos desejam o bem estar da cidade.

O conceito de virtude é fundamental em Aristóteles. Mas em que consiste a virtude para ele? A virtude é o meio termo, a mediania, entre o excesso e a falta. Por exemplo, a virtude da coragem se encontra entre dois vícios: covardia e a temeridade. Assim, o homem fazendo uso de sua razão pode chegar a essa justa medida.

Aristóteles insiste no valor da educação pois ela levaria ao desenvolvimento dos hábitos virtuosos. A vida em sociedade é imprescindível para a formação do ser virtuoso, pois a excelência moral do ser humano se dá apenas em suas relações com outros seres humanos. Para mostrar que a sociabilidade é um elemento inscrito na natureza do homem, na obra *A Política*, ele dirá que quem consegue viver fora da pólis, não é propriamente um homem, mas, sim, é uma besta ou um deus¹¹. Ao dizer que o homem fora da sociedade não é humano, ele ressalta que a função humana de uma vida virtuosa requer a sociedade política, assim, a vida moral se torna dependente da sociedade política.

Em Aristóteles a educação abrange instâncias fundamentais da vida como a educação do caráter, do sentimento, enfim, preocupa-se em formar um homem feliz. A nossa noção de felicidade como acúmulo de bens materiais não está presente em Aristóteles. Separados por quase dois mil anos, vamos sobrevoar o pensamento de Immanuel Kant, filósofo que marca o fim da modernidade e a confiança no poder ilimitado de que a razão teria de conhecer todas as coisas.

1.4 KANT E O HOMEM EMANCIPADO

Immanuel Kant (1724-1804), filósofo alemão, procura com sua filosofia responder a três perguntas: O que posso saber, o que devo fazer e o que me é permitido esperar. Vivendo o auge do Iluminismo, quando se acredita que a razão

¹¹ “É evidente, pois, que a cidade faz parte das coisas da natureza, que o homem é naturalmente um animal político, destinado a viver em sociedade, e aquele que, por instinto, e não porque qualquer circunstância o inibe, deixa de fazer parte da sociedade, é um vil ou superior ao homem. Tal indivíduo merece, como disse Homero, a censura cruel de ser sem família, sem leis, sem lar. Porque ele é ávido de combates, e, de combates, é como as aves de rapina, incapaz de se submeter a qualquer autoridade”. (ARISTÓTELES, [s/d], p. 15).

humana seria capaz de tudo, faz uma crítica profunda ao limites da razão na obra *Crítica da razão pura* e diz que a razão deve se deter no que se dá na experiência ou no fenômeno. Assim, para ele, temas como Deus, a imortalidade da alma ou a existência do mundo, podem ser pensados mas não são objetos do conhecimento.

No texto *Sobre a Pedagogia*, Kant mostra que o homem só se torna humano pela educação e essa começa com a moralidade. A educação não deve ser entendida, simplesmente, como educação formal, aquela da escola, mas a que engloba a formação total do ser humano. O século XVIII, com o Iluminismo, assistiu a um crescimento e renovação da filosofia da educação, dos modelos educativos e das organizações escolares. Aliás, a noção de escola que temos hoje surge com a Revolução Francesa e a necessidade de transformar o súdito em cidadão e com a Revolução Industrial que necessita formar operários. No pensamento de Kant encontramos a distinção entre educação (que é moral) e instrução. Educar, para ele, é:

fazer gerar em si os valores morais e éticos que contribuem para o bem individual e social, é tornar-se melhor, é educar-se, (...) é produzir em si a moralidade como dever do homem. A educação, portanto, é o maior e o mais árduo problema que pode ser proposto aos homens e o estabelecimento de um projeto educativo deve ser executado de modo cosmopolita. Estas concepções resultariam em um mundo melhor no futuro, assim a educação teria como finalidade o bem comum e aperfeiçoamento da raça humana (KANT, 1996, p.20-3).

A disciplina, a qual somos tão avessos nos dias atuais, é aquilo que para Kant (1996, p. 12): “Transforma a animalidade em humanidade”, submete o humano às leis, aos preceitos da razão, fazendo com que esta tenha primazia sobre o instinto. Contém o homem, tirando-o da selvageria (independência de qualquer lei). A espécie humana é obrigada a extrair de si mesma pouco a pouco, com suas próprias forças, todas as qualidades naturais, que pertencem à humanidade.

É esta a disciplina que deve acompanhar o homem desde sua infância, impedindo-o de desviar-se de seu destino devido a suas inclinações animais. Para Kant, a falta de disciplina é um mal pior que a falta de cultura, pois esta pode ser remediada mais tarde, ao passo que não se pode abolir o estado selvagem e corrigir um defeito de disciplina. A falta de cultura pode ser corrigida com a instrução.

Quem não tem cultura de nenhuma espécie é um bruto e quem não tem disciplina ou educação é um selvagem, afirma Kant. A cultura começa pelas

peessoas privadas e se difunde pela sociedade. A educação pública completa é aquela que reúne, ao mesmo tempo, a instrução e a formação moral. A escola aperfeiçoaria a educação doméstica ao formar no homem a cidadania. Para nos dar um olhar contemporâneo sobre a temática da educação, escolhemos Hannah Arendt, cujas reflexões expressam as preocupações de uma pensadora que enfrentou os horrores da guerra, que temeu os regimes totalitários e conheceu um país novo, os Estados Unidos, que será objeto de sua reflexão educacional.

1.5 HANNAH ARENDT E A EDUCAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA

Hannah Arendt tem uma reflexão muito interessante sobre a educação no século passado. Para ela, no texto *A Crise da educação*:

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para a assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para expulsá-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo¹² comum (ARENDT, 2000, p 247) .

A educação é apresentada, por ela, como um ato de amor pelo mundo e como consequência deste amor, assumimos responsabilidade por ele. Seu pensamento educacional aborda o sistema educacional americano, e é rico em observações que nos fazem refletir sobre o que entendemos por educação hoje. Educar para apresentar as novas gerações o mundo (novo) em que estão sendo introduzidas, especialmente num pós guerra, é segundo ela, um projeto de amor. Será que temos consciência desta função da educação? Ou simplesmente lançamos nossas crianças no mundo e deixamos que aprendam a custa de seus erros?

A questão da convivência simultânea de diversas gerações, num eterno renovar-se é discutida também por autores, como Ortega y Gasset e outros contemporâneos. A pergunta que buscam responder é: como é possível a

12 “Basicamente, estamos sempre educando para um mundo que ou já está fora dos eixos ou para aí caminha, pois é essa a situação humana básica, em que o mundo é criado por mãos mortais e serve de lar aos mortais durante tempo limitado. [...] O problema é educar de tal modo que um por-em-ordem continue sendo efetivamente possível, ainda que não possa ser nunca assegurado. Nossa esperança está pendente sempre do novo que cada geração aporta; precisamente por basearmos nossa esperança apenas nisso, porém, é que tudo destruímos se tentarmos controlar os novos de tal modo que nós, os velhos, possamos ditar sua aparência futura.” (ARENDT, 2000, p 243)

convivência destas gerações? Para Arendt, essa convivência seria possibilitada pela educação. Ela seria o processo pelo qual se transmite o código cultural de uma geração a outra, permitindo que não se sinta esse recriar constante, que acaba por “naturalizar” o processo educativo.

No pensamento de Arendt, apresentado no texto *A Crise da educação*, são levantadas também duas causas que podem ter relação profunda com a crise vivida pela educação em nossa época: a incapacidade de levar os alunos ao pensar e a perda de autoridade de pais e professores. Uma das soluções apresentadas para resgatar a autoridade do professor seria o conhecimento profundo do ele ensina. Outro fator visto de forma equivocada por nós, é a disciplina. A criança necessita de amor, carinho, mas acima de tudo, de disciplina para aprender. Ela não nasce sabendo o que são limites, esses devem ser ensinados até que ela tenha condições de caminhar e decidir por si mesma. Uma das tarefas da educação: "na medida em que a criança não tem familiaridade com o mundo, deve-se introduzi-la aos poucos a ele" (ARENDT, 2000, p. 239).

Esquecemos que a educação é um ato civilizatório, necessário à manutenção das sociedades. Não nascemos sabendo como agir, aprendemos a viver em comunidade ao sermos educados. A nova sociedade nasce no seio da antiga, é um movimento de constante renovação, dialético. A escola neste processo representa uma força que tem poder de coerção na formação dos que chegam a este mundo, mas abre através da educação a possibilidade de abertura para o novo. Assim, segundo Arendt:

A tarefa da educação é justamente a de apresentar o mundo às gerações do presente, tentando fazê-las conscientes de que comparecem a um mundo que é o lar comum de múltiplas gerações humanas. Ao conscientizá-las do mundo a que vieram, estas deverão compreender a importância de sua relação e ligação com as outras gerações, passadas e vindouras. Tal relação se dará, primeiro, no sentido de preservar o tesouro das gerações passadas, isto é, no sentido de a geração do presente tomar o cuidado de trazer a esse mundo sua novidade sem que isso implique a alteração, até o irreconhecimento, do próprio mundo, da construção coletiva do passado (apud FRANCISCO, 2006, p.35).

Arendt acredita que um ensino sem educação para o pensar é vazio de sentido prático e existencial. Contudo, o que se busca pelo ensino regular é levar ao aprendizado de conteúdos previstos nos currículos. Será que só a aprendizagem

dos conteúdos leva a educação para o pensar? Uma educação sem aprendizagem dos conteúdos também é vazia e tende a degenerar em retórica moral e emocional. Ensinar e educar implicam responsabilidades: pedagógica, política e moral, dentro e fora da escola; implica, ainda, a responsabilidade dos educadores de civilizar a nova geração que irá povoar o mundo para que aprendam a conviver neste mundo compartilhado por gerações diversas simultaneamente.

Pela leitura desses autores, nota-se que não há um consenso de como educar, mas, eles se preocuparam em apresentar propostas teóricas ou práticas de como formar esse homem segundo as necessidades de cada época. Alguns deles apresentaram a distinção entre educação e instrução, outros não. Mas a preocupação apresentada por eles e outros, ao longo da história, mostra-nos que a educação é algo fundamental para a existência da humanidade.

CAPÍTULO II

2. A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO NAS ATUAIS DIRETRIZES

Que educação temos no Brasil, e em especial, no Paraná, nos dias atuais? No capítulo anterior, após breve sobrevoo em alguns pensadores ocidentais sobre a educação, observou-se que a educação é um processo pensado segundo as necessidades de cada época. E que a escola é um processo de educação não natural, artificial, que parte do pressuposto de que é possível educar o homem, mas não é única neste processo de educação, existindo outras instâncias formadoras do indivíduo, com a família ou a comunidade, que não discutiremos nesta pesquisa. Nesta reflexão sobre a educação nos interessa entender se a escola que temos está realmente educando o homem, o sujeito da educação presente nos documentos sobre a educação no Estado do Paraná.

Nas atuais Diretrizes da Educação Básica do Estado do Paraná (DCE's), “os sujeitos da Educação Básica, são crianças, jovens e adultos, em geral oriundos das classes assalariadas, urbanas ou rurais, de diversas regiões e com diferentes origens étnicas e culturais (FRIGOTTO, 2004), que devem ter acesso ao conhecimento produzido pela humanidade”¹³. O desafio imposto aos educadores é tornar esses sujeitos cidadãos críticos e autônomos como pede a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

A LDB propõe que o sistema educacional forme o cidadão crítico e autônomo. Essa definição nos faz esbarrar num dos principais problemas do sistema educacional, abordados por Demerval Saviani, em *Escola e Democracia*. Segundo ele, na esteira da democratização da educação tratamos como iguais sujeitos que são desiguais. E isso se comprova quando observamos o modelo de ensino atualmente presente na maioria das escolas públicas, nas quais se usa a mesma receita de ensino para formar a todos os educandos. Como implantar um “projeto educativo, (...) que atenda igualmente os sujeitos, seja qual for sua condição social e

¹³ Diretrizes da Educação Básica do Estado do Paraná (DCE's),. p. 14.

econômica, seu pertencimento étnico e cultural e às possíveis necessidades especiais para aprendizagem”?¹⁴

Se recorrermos a Libâneo(2008, p. 24), ele nos dirá que a educação escolar constitui-se num sistema de instrução e ensino com propósitos intencionais, práticas sistematizadas e alto grau de organização, ligado intimamente as demais práticas sociais, sendo ainda, a educação um ato político dotado de especificidade própria. Para Libâneo(1985 ,p. 97):

Educar (em latim, e-ducare) é conduzir de um estado ao outro, é modificar numa certa direção o que é suscetível de educação. O ato pedagógico pode, então, ser definido como uma atividade sistemática de interação entre os seres sociais, tanto ao nível do intrapessoal com ao nível da influência do meio, inserção essa que se configura numa ação exercida sobre sujeitos ou grupos de sujeitos visando provocar neles mudanças tão eficazes que os tornem elementos ativos desta própria ação exercida. Presume-se, aí, a interligação no ato pedagógico de três componentes: um agente (alguém, um grupo, um meio social, etc.), uma mensagem transmitida (conteúdos, métodos, automatismos, habilidades, etc.) e um educando (aluno, grupo de alunos, uma geração, etc.)

O educador deve ter claro o que é educar, como se dá essa condução de um estado para o outro e, no nosso caso, saber que não basta o domínio de conteúdo, uma vez que desejamos o cidadão crítico e autônomo. Para poder agir para o bem do educando é necessário que o educador tenha claro o tipo de homem que deve formar e os meios de que dispõe para atingir este propósito. A Filosofia e a Sociologia são ferramentas importantes neste processo de formação, uma vez que trabalham o pensar e as relações na sociedade. Neste sentido, essas disciplinas obtiveram um ganho significativo, deixaram de ser conteúdos trabalhados de forma transversal e se tornaram no ano de 2006, disciplinas obrigatórias no Ensino Médio do Estado do Paraná. A Lei Estadual 15.228/06, estabelece como objetivo para a disciplina de Filosofia:

Art. 2º. A disciplina de Filosofia tem por objetivo consolidar a base humanista da formação do educando, propiciando-lhe capacidade para pensar e repensar de modo crítico o conhecimento produzido pela humanidade na sua relação com o mundo e a constituição de valores culturais, históricos e sociais[...].

Essa capacidade de pensar e repensar de modo crítico o conhecimento produzido pela humanidade é fundamental para a formação de cidadãos críticos e

14 Diretrizes da Educação Básica do Estado do Paraná (DCE's), p. 15

autônomos como nos pedem as Diretrizes da Educação Básica do Estado do Paraná (DCE's). Temos dessa forma definido o objetivo da educação, mas isto não significa, necessariamente, que sua execução fique mais fácil.

O que observamos, na prática, é que o processo educacional que pretende ser democrático na realidade não o é, mostra-se excludente e acentua as diferenças da sociedade, reforçando privilégios. Uma das principais deficiências do processo educacional é não levar em conta as variadas origens sociais e econômicas de nossos educandos, que chegam à escola trazendo experiências de mundo diferentes e que não são consideradas na hora de educar.

Goméz¹⁵, em *Compreender e Transformar o Ensino*, nos diz que a função educativa da escola é organizar o desenvolvimento radical da função compensatória das desigualdades de origem, mediante a atenção e o respeito pela diversidade. Provocar e facilitar a reconstrução dos conhecimentos, das disposições e das pautas de conduta que a criança assimila em sua vida paralela e anterior à escola. A escola deveria ajudar os alunos a entender a sociedade e as contradições que nela existem, preparando seus alunos para pensar criticamente e agir democraticamente numa sociedade não democrática.

Para ele, vivemos numa sociedade não democrática porque ocorre a separação entre o discurso para todos e a prática para alguns (o que a torna excludente). A escola não consegue compensar as diferenças da sociedade e a democracia política não sobrevive na desigualdade e injustiça da prática. A escola pode e tenta atenuar os efeitos da discriminação e mostrar que esta discriminação não é obrigatória. Mas, na prática, a escola não consegue impedir a discriminação ao tratar como iguais os desiguais.

Parece um paradoxo, mas a igualdade passa por tratarmos iguais como iguais e desiguais como desiguais. Tratar diferentes como diferentes não é excluir e sim, incluir, pois desta forma cada aluno passa a ter visibilidade e deixa de ser apenas um número no sistema.

Parece-nos que o erro mais comum que se comete ao se definir os sujeitos da educação é pensar em alunos ideais e esquecer que os alunos são cognitivamente, emocionalmente e socialmente desiguais. Planejamos currículos e

¹⁵ SACRISTAN e GOMEZ, 2000 , p. 24

aulas para alunos perfeitos que responderiam da mesma forma aos estímulos. Mas na prática constatamos que são desiguais. Se são desiguais por que os tratamos como iguais?

Para evitar as desigualdades o nosso modelo escolar deveria ser didático, flexível e plural de forma a atender às diferenças de origem, e permitir o acesso à cultura pública segundo os interesses, ritmos, motivação e capacidades iniciais de todos os alunos e não só dos mais preparados. Como fazer este modelo didático flexível, se a escola que temos, beneficia os que já usufruem da cultura pública e reforça os mecanismos, capacidades e condutas de seu ambiente cultural?

Uma escola verdadeiramente democrática deveria, antes de tudo, tentar deixar seus alunos em condições iniciais iguais, uma vez que é natural que no decorrer do processo muitos se destaquem conforme suas aptidões. Os diferentes não podem ser tratados como iguais. Uma escola democrática e igualitária precisa perceber as deficiências que os alunos trazem e tentar saná-las. Caberia ao Estado prover aos menos favorecidos os meios necessários ao bom acompanhamento de seu desenvolvimento escolar.

Esquecemos quando falamos em democracia, que na Grécia antiga, ela estava restrita apenas aos cidadãos e em sua origem os pensava em iguais no direito a palavra e diante das leis. Hoje, todos que nascem no país ou adquirem a cidadania são cidadãos e, portanto, sujeitos de deveres e direitos. No Brasil, a compreensão de que escolher seus representantes é um direito não está clara e por isso, o voto ainda é obrigatório. Podem e são obrigados a escolher seus representantes, mas os demais direitos não vieram com o voto para a maioria da população brasileira.

Mesmo Platão, acusado de ser elitista por acreditar que os que dispunham do conhecimento verdadeiro é que deveriam governar, parte da ideia de no início da etapa educacional todos devem participar e à medida que fossem se destacando continuariam no processo educacional até a formação do filósofo. O agricultor de Platão aprenderia ao menos como plantar, com reconhecer os sinais do tempo, os rudimentos da matemática, etc. E os nossos alunos hoje? São capazes de se virar com mínimo o que aprendem na escola?

Segundo Gómez (2000, p. 24), a escola obrigatória que forma o cidadão não pode dar-se ao luxo ao fracasso escolar, sob pena de não ter o cidadão. Por isto, precisa planejar para trabalhar cada aluno desde sua situação real (individual). Quanto mais jovem, mais fácil corrigir as diferenças. Porém, muitas vezes, essas deficiências de aprendizagem se somarão ao longo do processo e nossos egressos não terão aprendido tudo que deveriam durante o período em que permaneceram na escola. Como consequência, esse cidadão não poderá se posicionar e intervir com toda a autonomia plena na complexa trama social. Assim, entre suas múltiplas funções, cabe a escola “atenuar os efeitos da desigualdade e preparar cada indivíduo para lutar e se defender, nas melhores condições possíveis, no cenário social” (SACRISTÁN e GOMÉZ, 2000, p. 24). A função da escola contemporânea, ainda segundo Gómez, é facilitar e estimular a participação ativa e crítica dos alunos, assim:

A função educativa da escola contemporânea deve se orientar para provocar a organização racional da informação fragmentaria recebida e a re-constituição das pré-concepções artísticas, formadas pela pressão reprodutora do contexto social, por meio mecanismos e meios de comunicação cada dia mais poderosos e de influência mais sutil (SACRISTAN e GOMEZ, 2000 , p. 26).

Como educadores nos cabe perguntar se estamos provocando a organização racional desta informação fragmentária recebida e se não estamos, por que?

Outro problema frequente é colocarmos, de forma simplista, no aluno ou no professor/escola o mérito e o fracasso do sistema escolar. Inicialmente dissemos que alunos diferentes devem receber tratamento diferenciado, mas na sala de aula acabamos por homogenizar as turmas e, indiretamente, a sociedade. O educador, em sua prática cotidiana cai num paradoxo: como poderá dar esse tratamento diferenciado ao aluno que encontra poucas vezes por semana e em grande número por turma. Como conhecer este aluno e identificar suas necessidades e ainda trabalhar o conteúdo proposto? Talvez turmas menores fossem a solução.

No ensino de filosofia, e na maioria das disciplinas do ensino médio regular, o professor dispõe de duas aulas semanais e oito turmas para cumprir o padrão de vinte horas semanais. Com o elevado número de turmas e alunos, parece-nos impossível conhecer e dar este tratamento diferenciado a todos os alunos. Como

consequência, apenas aqueles alunos que se aproximam dos professores tem suas necessidades atendidas de forma mais completa. Os que se mantêm no ostracismo não são atendidos por falta de tempo, afinal, o conteúdo do curricular precisa ser vencido.

Os problemas educacionais dizem respeito a toda a sociedade e não somente aos professores ou a escola. A educação, segundo Arendt, tem o dever de apresentar o mundo já construído e que está sendo legado à nova geração que chega. A educação apresenta o mundo e a prepara para assumir seu lugar, neste mundo que será legado a ela. Para que isto ocorra, é necessário que todos os sujeitos envolvidos no processo educacional, e não só os educadores, estejam comprometidos. A solução deverá ser desejada, buscada em conjunto e uma vez encontrada deverá ser implementada com o auxílio de todos os setores da sociedade.

Não só os pensadores citados no capítulo anterior fizeram a distinção entre educação, ensino e instrução. O ICCP (1988, p. 32), apresenta a seguinte conceituação:

A educação se destina à vida e a instrução à sobrevivência. Para viver precisamos sobreviver, mas a sobrevivência não deve matar a vida. A educação visa o saber real e a instrução o saber convencional. A educação é definida como o conjunto de informações que influenciam o ser, e determina sua personalidade e a instrução é o domínio das informações passadas durante a educação. O ensino é a junção da educação e da instrução.

Assim, a educação insere e prepara o indivíduo para o convívio social e somente após esta preparação se dará a instrução. A preparação para receber a instrução, segundo Russell, também se dá pela educação. A instrução é uma maneira de viabilizar o conhecimento e habilidades do ser humano, podendo caracterizar o desenvolvimento intelectual humano. O ICCP (1988, p. 31), diz que o ensino é o processo de organização da atividade cognoscitiva que envolve a aprendizagem, a assimilação do material estudado ou atividade do estudante e o ensino, que é a direção deste processo ou atividade do professor.

Esta distinção entre os termos educação, instrução e ensino, não está clara nas Diretrizes da Educação Básica do Estado do Paraná (DCE's). O que está claro é "o currículo como configurador da prática,(...), fundamentado nas teorias críticas e

com organização disciplinar.”¹⁶ Elas nos dizem que conhecimento é construído historicamente e que “a seleção do conhecimento que será tratado na escola, por meio dos conteúdos da disciplinas é influenciado por fatores externos, como aqueles determinados pelos regime sócio-político, religião, família, trabalho quanto as características sociais e culturais do público escolar”¹⁷. Este conteúdo expresso nas Diretrizes da Educação Básica do Estado do Paraná (DCE’s) será o conteúdo retransmitido as novas gerações para que usufruam dos mesmos e os transformem segundo suas necessidades. A formação que os educandos receberão “deverá ser suficiente para o enfrentamento com vistas à transformação da realidade social, econômica e política de seu tempo”¹⁸. Sendo a escola apresentada, nelas, como o espaço do confronto e do diálogo entre os conhecimentos sistematizados e os conhecimentos do cotidiano popular¹⁹.

Um dos recursos que é apontado nas Diretrizes da Educação Básica do Estado do Paraná (DCE’s) como motivador para o despertar da criatividade é a arte. A arte tem como características centrais a criação e o trabalho criador e esta capacidade de criação é fundamental para a educação, pois, a escola é, a um só tempo, o espaço para o conhecimento historicamente produzido pelo homem e o espaço para a construção de novos conhecimentos, no qual é imprescindível o processo criativo. Este processo pode contribuir para a humanização dos sentidos, ou seja, para a superação da condição de alienação e repressão a qual os sentidos humanos foram submetidos. Com o despertar da criatividade, talvez seja mais fácil trabalhar a criação de conceitos em filosofia.

Porém, como tornar a aprendizagem objeto de desejo, se tantas outras coisas, como jogos, internet, celulares, preenchem o universo de nossos alunos? Como despertar no aluno a vontade de aprender?

Em primeiro lugar precisamos pensar como a aprendizagem tem sido vista pelos educadores. Durante muito tempo acreditou-se que a aprendizagem se desse de fora para dentro, ou seja, o aluno receberia passivamente o conhecimento passado pelo professor. Porém, estudos na área educacional tem mostrado que o

16 Diretrizes da Educação Básica do Estado do Paraná (DCE’s), p. 19

17 Diretrizes da Educação Básica do Estado do Paraná (DCE’s), p. 19

18 Diretrizes da Educação Básica do Estado do Paraná (DCE’s), p. 19

19 Diretrizes da Educação Básica do Estado do Paraná (DCE’s), p. 21

ensino é processo externo, mas, a aprendizagem é processo interno e depende de cada aluno. Para aprender ele tem que se sentir motivado ou ter necessidade do que é ensinado. Embora muitos advoguem que o uso de novas tecnologias e ou metodologias podem levar ao aprendizado, o que temos observado na prática é o que o aluno só internaliza aquilo que lhe interessa.

As Diretrizes da Educação Básica do Estado do Paraná (DCE's) contemplam o conteúdo a ser ensinado em cada disciplina, que é o material básico, sem o qual não há ensino. No Paraná se optou por trabalhar com conteúdos estruturantes considerados fundamentais para a compreensão da filosofia e apenas se indicam os conteúdos básicos a serem vistos na disciplina, sem referência a textos e autores, o que, sem dúvida, confere autonomia a cada professor. Sabemos que toda escolha é carregada de intenção, e a seleção destes conteúdos traz a carga política dos mesmos, pois todo conteúdo é datado e referente a um modo de se situar diante do mundo.

As disciplinas escolares, segundo as Diretrizes da Educação Básica do Estado do Paraná (DCE's), incorporam e atualizam conteúdos decorrentes do movimento das relações de produção e dominação que determinam as relações sociais, geram pesquisas científicas e trazem para o debate questões políticas e filosóficas emergentes. Tecidas essas breves considerações sobre a educação em nosso país, buscaremos refletir, na sequência, sobre a possibilidade de conciliar teoria e prática em educação.

CAPÍTULO III

3. EDUCAÇÃO COMO BUSCA DA AUTONOMIA

É possível conciliar os documentos que regem a educação com a prática da sala de aula? ARANHA (1989, p. 56) provoca algumas reflexões ao fazer o seguinte questionamento: “Como superar o fosso cavado entre educação e a vida? Como transformar a escola não em uma reprodutora do sistema, mas em local de fermentação de mudança? Como tornar viável a socialização da educação, a fim de que ela deixe de ser privilégio de poucos?”. Um dos grandes problemas que se impõe aos educadores em sala de aula é a transposição dos modelos teóricos para o cotidiano dos alunos. Como levar as teorias para a sala de aula, se cada turma é única e justamente por isto, requer tratamento único? Como evitar que a escola não apenas reproduza o sistema, mas, seja capaz de formar o cidadão crítico e autônomo?

Qual é o verdadeiro objetivo da educação no Brasil no século XXI? Transmitir conhecimentos para a formação do cidadão ou instrumentalizar o ensino? Teria como objetivo a construção de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres na sociedade, além do desenvolvimento de mentes críticas aptas a intervir na sociedade ou apenas habilitá-los para atender as demandas do mercado de trabalho?

Muitos alunos concluem seus estudos fundamental ou médio sem desenvolver a capacidade reflexiva que os habilitaria a pensar sobre os problemas da sociedade na qual estão inseridos. Que valor tem o conhecimento para estes educandos? Como organizarão seu futuro ou serão cidadãos sem uma educação que lhes permita refletir sobre si mesmos? Não estaríamos formando alunos alienados?

São muitos os questionamentos que surgiram ao longo deste trabalho. Para buscar respostas fomos analisando diversos autores que tratam da educação e buscando nas Diretrizes da Educação Básica do Estado do Paraná (DCE's), em especial as diretrizes para o ensino de Filosofia o que se entende por educação.

Além de tentar entender o que seja educação nos documentos que tratam dela, outro objetivo deste trabalho é tentar perceber se é possível conciliar teoria e prática em educação? Vários autores, entre eles Sacristán, nos dizem que a teoria educacional está distante da sala de aula, pois não é possível reproduzir na academia todas as situações concretas da sala de aula. Já Moraes (1991, p. 11), nos dirá que existem muitos doutrinadores e teorias revolucionárias em educação, porém, eles se esquecem que o essencial em educação é resgatar o cotidiano dos educandos. Porque é ali que a vida deles acontece e se queremos despertar seu interesse temos de partir de um solo que seja por eles conhecido. Não advogamos que se fique apenas no cotidiano dos alunos, mas sim, que este seja o ponto de partida para a jornada rumo ao conhecimento acadêmico.

Quando a Sociologia surge como ciência, sob a influência do positivismo, ela tentou estudar os fatos sociais da mesma forma como se estudaria uma célula da biologia. Porém, cedo percebe que na prática não teria como reproduzir fatos como uma greve em laboratório. O mesmo ocorre com as teorias educacionais, onde se comprova que há um enorme fosso entre a teoria e a realidade das salas de aula de nosso país.

Outro agravante no processo educacional é a pouca participação dos pais no processo educacional, a maioria se afastou da escola e deixou nas mãos da mesma a tarefa de educar seus filhos. Vimos, no início desta reflexão, com Russel que a educação é um processo que ocorre nos primeiros anos da vida da criança e que os pais devem educar seus filhos. Se os pais não os educarem, os professores além de extenso conteúdo curricular a ser transposto aos educandos terão que educá-los para poderem ensiná-los. O aluno para aprender precisa ouvir, se não aprendeu a ouvir, irá resistir a toda tentativa de instrução, pois não possuem a docilidade necessária ao aprendizado.

As Diretrizes da Educação Básica do Estado do Paraná (DCE's) apontam para abordagem sócio-histórica da educação mas não indicam de forma clara a necessidade de formar o cidadão crítico e autônomo, como aparece na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)²⁰. Esta necessidade irá aparecer

²⁰ Artigo 36 da Seção IV, da LDBEN, no seu Capítulo II, Título V, Parágrafo 1º - Item III, que prescreve: "Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizadas de tal

nos Projetos Políticos Pedagógicos de nossas escolas, nos encontros de formação periodicamente ministrados ao corpo docente, nos grupos de estudo de filosofia e também nos GTRs de Filosofia da rede estadual do Paraná como uma das justificativas para a Filosofia no Ensino Médio. Há entre os professores, e em especial, os de Filosofia, o desejo de formar este cidadão emancipado, crítico e capaz de auto-gestão. Porém, o que mais se sente falta é de sugestões de como conseguir esta emancipação no cotidiano da sala de aula. O ideal de emancipação de nossos alunos norteia o ensino de filosofia e das demais disciplinas, mas os documentos sobre os conteúdos a serem ensinados não dizem como atingi-lo. Faltam orientações práticas.

As matrizes teóricas que orientam a concepção de educação presente nas Diretrizes Curriculares de Filosofia para o Estado do Paraná, são orientadas para a noção de criação de conceitos, extraída de Deleuze e Guattari. Para alcançar tal propósito foi desenvolvida uma metodologia dividida em quatro etapas: mobilização para o conhecimento, a problematização; a investigação; a criação de conceitos. Se espera que ao fazer uso desta metodologia, o professor possa levar seus educandos ao domínio dos conteúdos propostos e até mesmo a criação de conceitos.

Porém, se a criação for entendida com ato original, nossos estudantes não criam conceitos. Mas se for entendida como apropriação e resinificação²¹, então nossos estudantes podem ao final de cada etapa “criar” conceitos ou “reciclar” os conceitos para o seu cotidiano ou entendimento.

Parece-nos que a maioria dos professores que estão atuando no ensino de filosofia no Estado não participou ou participou muito pouco da formação do documento que expressa as diretrizes para o ensino de Filosofia. Sabemos que houve participação de muitos docentes nos documentos iniciais²² que deram origem as Diretrizes da Educação Básica do Estado do Paraná (DCE's), mas a versão final foi pensada por um pequeno grupo de professores. Segundo se ouve, isto ocorreu

forma que ao final do ensino médio o educando demonstre: [...] domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania.” (LDBEN nº. 9394/96).

21 Não há nenhuma razão para que os conceitos se sigam, eternizem-se. Nesse sentido, “um filósofo não pára de remanejar seus conceitos, e mesmo de mudá-los” (DELEUZE, GUATTARI, 1992, p. 34).

22 Muitos documentos fazem referência ao Currículo Básico de Filosofia do Estado do Paraná. Mas infelizmente só consegui encontrar partes dele para consulta e ainda assim em citações de professores que tem se debruçado sobre a questão no Estado.

porque seria uma tarefa difícil reunir a maioria dos professores do Estado para a discussão. Mas esta tarefa é não impossível, já que países como a Bolívia, conseguiram reunir mais de 300 professores para elaborar suas diretrizes nacionais para o ensino de Filosofia e estas respondem as necessidades e anseios dos docentes que estão no cotidiano das salas de aula.

O direito à educação com garantia de universalidade, gratuidade e igualdade para todos está expresso no texto da Constituição Federal do Brasil e no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). O Brasil apresenta uma legislação extensa e rica sobre a educação, mas em nosso país, o problema não é a falta de leis, e sim os recursos para o seu cumprimento. Como garantir a educação gratuita e de qualidade num país que oscila entre escolas públicas de qualidade como a UTFPR, com seus cursos técnicos, ou os colégios militares e outros, mas na contra-mão disponibiliza outras escolas em condições físicas precárias, onde faltam professores bem preparados, instalações adequadas e material didático para todos?

Ao nosso ver, uma possível solução para o problema educacional brasileiro seria a formação destes cidadãos críticos e autônomos, como proposto na LDB, que se engajariam socialmente e começariam a reivindicar de forma consistente os recursos para a educação, fiscalizariam sua utilização através dos conselhos escolares e de educação. Parece-nos que somente quando conseguirmos formar estes cidadãos é que conseguiremos colocar em prática este sonho: a democracia.

A palavra democracia está ligada a cidadania, e esta na Grécia antiga era exercida nas cidades (pólis) pelos cidadãos. O exercício da cidadania, apesar de restrita apenas aos cidadãos, era para o ateniense, positivo. O cidadão seria tanto mais bem quisto quanto mais contribuísse para o bem comum, e possuíam punições, como o exílio por 10 anos (ostracismo), para aqueles que a exercessem indevidamente. Em nosso país que exemplos que são passados diariamente a nossos alunos? Políticos que desviam milhões de setores básicos (como educação, saúde e segurança) para seus bolsos e o que acontece? No máximo são manchetes de noticiários de jornais por alguns dias. Diante de exemplos como estes como levar nossos alunos a se aproximarem do ideal de cidadania?

Ao vermos os rumos que as coisas tem tomado em nosso país resta-nos como educadores conscientes nos posicionarmos de forma concreta e exercer nossa função de modo a levar nossos alunos à prática da cidadania. E assim, ensinarmos a nossos alunos a opor uma resistência real aos desmandos que ocorrem em nosso país, pois a única coisa que não interessa a quem decide os rumos deste país é que as pessoas pensem, e por pensar oponham resistência. Ao agirmos assim podemos levar nossos alunos e a comunidade escolar a se re-apaixonaem pelo processo educacional e pelo exercício da cidadania ativa.

É interessante notar as contradições dentro do universo democrático: se, na sua origem as pessoas eram forçadas ao ostracismo por exercê-la de forma inadequada, hoje vemos pessoas que poderiam exercer livremente a democracia se exilarem voluntariamente, não participam nem se engajam. Ocorre um aniquilamento da vontade no qual as pessoas sem perceber vão deixando de exercer e requerer seus direitos básicos.

A democracia é um processo em construção, onde os meios e os fins a serem alcançados devem ser discutidos continuamente. Mas como discutir se não somos educados para o processo, se aceitamos tudo sem questionar? A democracia não é um processo estanque, acabado. “Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar”, nos diz o poeta espanhol Antônio Machado. Em educação esta afirmação é mais que válida. Em meio a tantas teoria educacionais só nos resta caminhar em busca de conhecimentos para nossos alunos. Os avanços ocorreram porque alguém teve a coragem de dizer o que pensava mesmo sob pena de ser mal visto ou deixar de ser visto.

Lembrando o que vimos nas páginas iniciais, e nos documentos que regem a educação vemos que ela deve antes de tudo e, sobretudo formar cidadãos, na plena acepção da palavra. Na medida em que nossos alunos se tornem conscientes da função do Estado (governo), que existe para facilitar as relações sociais e garantir o bem comum de todos que se abrigam sobre ele e não de apenas alguns que se acham mais espertos, eles irão levantar a voz para exigir o cumprimento das leis que foram criadas para assegurar direitos básicos.

Lembrando da universalidade, gratuidade e igualdade, temos que repensar seriamente a educação que temos sob pena de manter o país em um estado de subdesenvolvimento, que interessa apenas a quem já detém os recursos econômicos. Manter as pessoas nesta prisão sem grades, não condiz com a dignidade de nenhum ser humano e muito menos para um país que quer ser desenvolvido.

A escola e o ensino devem ser pensados para todos, incluídos e excluídos. Deve colocar os elementos que a família deixou de dar e que a mídia não traz para sua realidade e não apenas conhecimento científico, mas auxiliar na compreensão do que significa ser humano em plenitude. Para que forme seres humanos, as disciplinas ensinadas devem estar interligadas e não apenas serem caixinhas de conteúdo isoladas que não se comunicam entre si, é preciso que haja interdisciplinariedade.

Levar o aluno a compreender o que se deseja com este processo, que a escola não é apenas um período de tempo no qual ele deve estar confinado à sala de aula e sob a autoridade dos professores, mas sim, que este período faz parte de seu processo de formação como pessoa, eis o grande desafio do processo educacional. Que aprender seja algo agradável, ainda que trabalhoso, e que elas tenham prazer em estar na escola, da mesma forma como estariam na festa de sua vida.

Ensinar é algo mais que passar conteúdos, é trabalhar acima de tudo formar pessoas. Sabemos que a educação é uma forma de intervenção no mundo, que implica o esforço de reprodução da ideologia dominante ou o seu desvelamento. A educação não foi, é, ou pode ser neutra à reprodução da ideologia dominante ou à sua contestação. Se do ponto de vista dos interesses dominantes, a educação deve ser uma prática imobilizadora, uma prática que forma consumidores para o mercado, e ocultadora de verdades, sobrepondo aos interesses humanos, os do mercado. Ser professor exige uma tomada de posição e nossa prática docente não pode ser reduzida ao puro ensino dos conteúdos, mas deve apresentar nossa postura ética ao ensiná-los. O professor deve ser a favor da esperança, a favor da decência contra o despudor, da liberdade contra o autoritarismo, da democracia contra a

ditadura seja de direita ou de esquerda. E como diz Paulo Freire (1971, p. 79): “Ninguém educa ninguém. Ninguém se educa sozinho. As pessoas se educam juntas na ação de transformar o mundo”.

Tendo em vista tudo o que dissemos em nosso trabalho acreditamos que uma diretriz, além de referenciais teóricos, deveria apontar caminhos práticos para os professores da disciplina, apontando além do conjunto de conteúdos mínimos e obrigatórios para o ensino fundamental, dizer porque estes conteúdos tem que ser trabalhados e quais resultados se espera com eles. Este procedimento, ao nosso ver, não amarraria o professor, mas daria uma base mínima a todos os alunos, que hoje se encontram reféns das preferências de cada professor. Esta base mínima também possibilitaria ao professor avaliar melhor seu trabalho em sala. Uma outra questão particular do ensino da filosofia é saber em que e como os conteúdos selecionados pelas diretrizes de filosofia contribuem para a formação do cidadão crítico e autônomo.

As Diretrizes de Filosofia só relacionam os conteúdos estruturantes, mas não os específicos, para que o professor tenha autonomia de trabalho, isso porque trabalha-se com ideias e estas se desmancham no ar a primeira tentativa de prendê-las. Apesar da carga horária e o grande número de alunos da maioria dos professores, eles são idealistas e querem a melhoria do processo educacional. Assim, acredito que os simpósios de filosofia ou cursos on-line poderiam enriquecer estes documentos com possibilidades de ação

A pergunta que fica é a seguinte: em que os atuais conteúdos curriculares de todas as diretrizes educacionais proporcionam a formação deste cidadão crítico e autônomo? Posso formar pessoas que saibam português, matemática e os demais conteúdos. Pensar e tornar-se crítico é outra coisa. Com que parâmetros e medidas posso aferir, enquanto professora de filosofia, se meu aluno se tornou crítico e autônomo?

CONCLUSÃO

Ao longo destas páginas nos debruçamos sobre a temática da educação tentando seguir a ideia original de estudar as diretrizes, mas percebemos que para tanto, teríamos que refletir mais sobre a educação. Entendemos que o termo educação abrange: educação (moral), instrução e ensino, etapas que se complementam para que ao final tenhamos o produto, hoje, denominado educação. E que na escola temos instrução e ensino e em casa, deveríamos ter a educação que é moral para Kant.

Alguns motivos orientaram a escolha de Platão, Aristóteles, Kant e Arendt para iniciar este estudo. Primeiro, porque não podemos abordar todos os educadores e esses quatro, em especial, dão a base para sustentar nosso questionamento. Platão idealizou um sistema completo de ensino em que teríamos o filósofo como produto final e este, seria aquele que contemplou as ideias e é capaz de ver além das aparências e, enquanto cidadão se dedicaria ao serviço dos demais. Aristóteles reforça a ideia de cidadão, dizendo que o homem se realiza na pólis. Kant discute os conceitos de autonomia e liberdade ainda que nos sujeitemos às leis e Arendt fala do modelo de cidadão que precisamos hoje, educado para a convivência. A reflexão foi frutuosa no sentido de permitir o aprofundamento nos documentos que regem a prática de todo professor. O ideal é que reflexões semelhantes fossem propiciadas a todos os professores.

O diálogo com os educadores ao longo da história do pensamento ocidental permitiu que chegássemos a algumas percepções que são clareadas por pensadores como Brandão (1993, p. 25), segundo o qual, a melhor imagem que se faz da educação é a imagem do oleiro que toma barro e faz o pote. Às vezes a argila resiste às mãos do oleiro, mas se deixa conduzir por elas e se transforma na obra feita. Para ele, quando o educador pensa a educação ele acredita que, entre homens, ela é o que dá a forma e o polimento. Aqui surge um problema: os modelos de educação em geral dizem o que a criança pode ser, mas a criança não é levada

em consideração. Não é respeitada em seu ato, apenas desejada na potência a realizar.

Outro problema que não trabalhamos, também abordado por Brandão, é a divisão que se apresenta desde o modelo de educação grega: a divisão entre a tecne e a teoria. A técnica devido as suas formas menos nobres, mais rústicas era deixada aos trabalhadores manuais, livres ou escravos. Já a teoria era reservada a um tipo de homem livre e, se possível, nobre. Estes não exerciam trabalhos braçais. Esse modelo de sociedade cria a separação entre livres e escravos, nobres e plebeus, meninos pobres e meninos nobres da elite guerreira. Quais as consequências deste modelo hoje? Na educação pública temos uma educação geral e uma educação técnica e suas contradições. O aluno oriundo das classes operárias pode dar-se ao luxo de um saber que não o prepara para o mercado? De outro lado, não poderia ter uma educação que permitisse seu acesso às elites? A formação crítica ou a instrumentalização para o trabalho? Esses dilemas continuam a nortear muitas pesquisas dos especialistas em educação.

Para Arendt (2000, p. 269), “Educar é acolher as crianças num mundo que é mais velho do que elas”. E é justamente esse mundo transformado pelo trabalho e pela ação humana que necessita que as novas gerações deem continuidade a ele, não como o desejaríamos, e sim, como elas possam e queiram após o processo educacional a que foram submetidas por nós. A educação evita que esqueçamos o mundo que construímos e capacita às crianças a cuidarem dele no futuro. Hannah Arendt nos faz pensar sobre como vemos o passado e que mundo apresentamos às crianças.

A resposta a esse questionamento deverá nortear as políticas educativas e certamente nossa prática educacional, lembrando que a educação é algo especificamente humano e está diretamente ligado à construção da personalidade, que o ensino que ministramos deve levar à otimização do processo de aprendizagem e que a instrução é o modo como o ensino se manifesta.

É comum reclamarmos que nossos alunos não aprendem, mas o que eles não aprendem? Os conteúdos que selecionamos para seu aprendizado e que muitas vezes não lhes dizem nada? A educação deve ser algo que apesar de trabalhoso,

proporcione satisfação. O aprender pelo aprender não enriquece apenas nos torna repositórios de informação. Como educadora preciso ter claro o que ensino e os objetivos que tenho ao final desse processo.

O esforço em conciliar teoria e prática é de cada professor em sala e depende de nos prepararmos teoricamente para enfrentar a realidade da sala de aula. O importante é não esquecermos o que nos diz Rubem Alves, no livro *Filosofia da Ciência*: "Hipóteses são redes; só quem as lança colhe alguma coisa" (ALVES, 2005, p. 22). Também nós, educadores, devemos lançar as teorias educacionais em sala de aula, mesmo que os resultados não sejam plenamente satisfatórios, sempre colheremos alguns. E com nossa atividade prática iremos confirmando a validade ou não das teorias.

As Diretrizes Curriculares de Filosofia para o Estado do Paraná estão bem estruturadas, mas carecem de material adicional prático que nos permita atingir a meta proposta: a formação do cidadão crítico e autônomo. Mas, esse é um trabalho para uma nova investigação.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e as suas regras. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação. São Paulo: Moderna, 1989
- ARENDT, Hannah. A Crise na Educação, in: ENTRE O PASSADO E O FUTURO. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2000.
- ARISTÓTELES. A Política. São Paulo: Editora Escala, [s/d].
- ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1993.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. LDB – A nova lei da educação.
- BRASIL. Parecer CNE/CEB n. 38/2006. Trata da inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. O que é filosofia? Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992
- FRANCISCO, Maria de Fátima S. Preservar e renovar o mundo. In: Rev. Educação: Hannah Arendt pensa a educação. São Paulo: Segmento, n.4, 2006, p. 26-35.
- ICCP. Pedagogia. La Habana: Pueblo y Educación, 1988.
- KANT, I. Resposta à pergunta: Que é esclarecimento (Aufklärung), in TEXTOS SELETOS. Trad. de Raimundo Vier e Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- KANT, I. Sobre a Pedagogia. Piracicaba: Unimep, 1996
- LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública; a pedagogia crítico social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2008.
- MORAIS, Regis. A educação em tempos obscuros. São Paulo: Cortez, 1991
- PLATÃO. A República – Livro VII. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- PLATÃO. Diálogos. In: Os Pensadores. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- PLATÃO. Menon. Belém: Universidade Federal do Pará. 1980.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Filosofia. Curitiba, 2008.

ORTEGA Y GASSET, J. Em torno a Galileu. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

HERÁCLITO. In: Os Pensadores Originários: Anaximandro, Parmênides Heráclito. Trad. de Emanuel Carneiro Leão e Sérgio Wrublewski. Petrópolis: Vozes, 1999.

RUSSELL, Bertrand. Da Educação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SACRISTÁN, J. Gimeno e GÓMEZ, A. I. Pérez. Compreender e Transformar o Ensino. Trad. Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. São Paulo: Cortez, (Coleção Polêmicas do nosso tempo), 1987

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-crítica primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1991.